

JUSTIÇA RESTAURATIVA NA ESFERA JUVENIL-JRE

Competência técnica: Psicologia e Serviço Social
Conhecimentos relacionados: Técnicas de Administração de Conflitos (Justiça Restaurativa)

Objetivo Geral

Proporcionar aos participantes a apreensão de conteúdos introdutórios, teóricos e metodológicos, sobre a Justiça Restaurativa e sua aplicabilidade na área da Infância e Juventude em matéria infracional.

Objetivos Específicos

- Identificar a relação da Justiça Restaurativa com o novo marco civilizatório do processo de construção de uma Cultura de Paz e do resgate da ancestralidade;
- Diferenciar os princípios fundamentais da Justiça Retributiva em comparação à Justiça Restaurativa, a partir das contribuições de Howard Zehr;
- Conhecer a contribuição dos movimentos que reivindicaram o papel das vítimas no campo penal e como a Justiça Restaurativa tem incorporado as necessidades das vítimas dos atos infracionais;
- Analisar os principais avanços e desafios da Justiça Restaurativa, especialmente considerando o marco de sua institucionalização, a partir da Resolução 225/2016 do CNJ, que dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no Âmbito do Poder Judiciário;
- Compreender a aplicabilidade dos “Círculos Restaurativos” (à luz de casos concretos da Justiça Juvenil) como uma das principais ferramentas metodológicas da promoção do diálogo, da responsabilização de adolescentes autores de atos infracionais e do engajamento participativo da comunidade - considerando o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), o SINASE (Lei 12.594/2012) e a Resolução 225/2016 do CNJ.
- Conhecer uma experiência-piloto de aplicabilidade da Justiça Restaurativa na área infracional.

Metodologia e Recursos

Aulas expositivas, materiais de leitura, estudos de casos, recursos audiovisuais, dinâmica de grupo, vivência da metodologia do Círculo de Construção da Paz.

Conteúdo Programático

- Introdução e contextualização das contradições inerentes à matéria infracional.

- Compreendendo o valor Justiça e a Justiça Restaurativa sob o enfoque da convivência humana e da Cultura de Paz.
 - Pensando a Justiça como um valor;
 - Justiça Restaurativa e sua relação com a Cultura de Paz;
 - Justiça Restaurativa e o resgate da sabedoria ancestral.
- Justiça Restaurativa e a visibilidade dada às vítimas em conflitos de natureza penal.
 - A importância das vítimas, sua visibilidade e o reconhecimento de seus direitos;
 - A experiência de ser vítima de um crime: pensando a partir das lentes propostas por Howard Zehr;
 - Vítimas diretas e vítimas secundárias: o tratamento a elas dispensado e o lugar que elas devem assumir no modelo de Justiça Restaurativa.
- Diferenças e semelhanças entre Justiça Restritiva e Justiça Restaurativa: as contribuições fundamentais de Howard Zehr.
 - O conceito de Crime;
 - O conceito de Responsabilização;
 - O conceito de Justiça.
- Análise do marco histórico do modelo de justiça restaurativa.
 - A Justiça Restaurativa na Perspectiva Internacional;
 - A Justiça Restaurativa como uma realidade na Justiça Juvenil Brasileira;
 - Horizontes para a Justiça Restaurativa a partir da Resolução 225/2016 do CNJ
- Contextualizando algumas práticas de Justiça Restaurativa no Brasil: o caso do Rio de Janeiro.
 - As principais ferramentas metodológicas utilizadas no proceder da Justiça Restaurativa;
 - Analisando uma experiência-piloto: o caso do Núcleo de Justiça Restaurativa da Vara Infração e da Juventude da Comarca da Capital- Rio de Janeiro (TJRJ);
 - A modalidade de Círculo de Conflito aplicável à Justiça Juvenil Restaurativa.

Avaliação

Verificação de aprendizagem escrita aplicada no final do curso.

Bibliografia

ANDRADE, V.R.P (Coord.). *Pilotando a Justiça Restaurativa: o papel do poder judiciário*. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Florianópolis: Fundação José Atrthur Boiteux-UFSC, 2018.

AGUINSK, Beatriz Gershenson; BRANCHER, Leoberto Narciso. *Projeto Justiça para o Século 21*. Relato da implantação do Projeto Piloto de Justiça Restaurativa junto À 3ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre, RS, visando à introdução de práticas restaurativas na pacificação de situações de violências envolvendo crianças e adolescentes. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Disponível em:

<<http://justica21.web1119.kinghost.net/j21.php?id=244&pg=0#.VWWM2djViko>>. Acesso em 23 de março de 2015.

BOYES-WATSON, C. & PRANIS, Kay. *No coração da esperança: guia de práticas circulares*. Porto Alegre: TJ do Estado do Rio Grande do Sul, 2011.

BRANCHER, Leoberto. *A paz que nasce de uma nova justiça*. Caxias do Sul, 2013. Disponível em: <<http://www.justica21.org.br/j21.php?id=501&pg=0#.VWGD9LBzGc>>. Acesso em 23 de maio de 2015.

_____. *Iniciação em Justiça Restaurativa: subsídios de Práticas Restaurativas para a Transformação de Conflitos*. AJURIS. 2006.

_____; SILVIA, S. (org.). *Justiça para o século 21: Instituinto práticas restaurativas: semeando justiças e pacificando violências*. SDH-PR. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

_____; KOSEN, Afonso; AGUINSKY, Beatriz. *Justiça restaurativa*. Brasília: CEAG, 2010. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/justica_restaurativa/jr_curso_ceag_unb_modulo9.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução 225 de maio de 2016.

BRASIL. Lei Federal nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012.

BRASIL. Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

CRUZ, F. B. (Coord.). *Justiça restaurativa: horizontes a partir da Resolução CNJ 225*. Brasília: CNJ, 2016.

GAMA, Vivian. *Justiça restaurativa: um novo olhar para a experiência infracional*. CEDECA-RJ, CONANDA, SDH-PR. RJ, 2014. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/justica_restaurativa/jr_curso_ceag_unb_modulo9.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2015.

MELO, Eduardo Rezende. *Justiça restaurativa e seus desafios histórico-culturais. Um ensaio crítico sobre fundamentos ético-filosóficos da justiça restaurativa em contraposição à justiça retributiva*. In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; PINTO, R. (Orgs.). *Justiça restaurativa*. Brasília: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, 2005. p. 53-78. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1323798246_Coletania%20JR.pdf>. Acesso em 23 de março de 2015.

KONZEN, Afonso Armando. *Justiça restaurativa e ato infracional: desvelando sentidos no itinerário da alteridade*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

MELO, E. R.; EDNIR, M.; YASBECK, V. C. *Justiça restaurativa e comunitária em São Caetano do Sul: aprendendo com os conflitos a respeitar direitos e promover cidadania*. São Paulo: SDH-PR, CECIP, 2008.

MUMME, M.; PENIDO, E. A. *Justiça Restaurativa e suas dimensões empoderadoras*. Disponível em: <http://jj2015.ch/sites/default/files/29-01-15-12h10Penido_MummeJusti%C3%A7a%20Restaurativa%20e%20suas%20dimens%C3%B5es%20empoderadoras%20c%C3%B3pia%20%281%29_0.pdf> Acesso em: 23 de março de 2015.

PELIZZOLI, M. L. (Org.). *Justiça Restaurativa: caminhos da pacificação social*. Caxias do Sul: EDUCS, 2016.

PINTO, Renato Sócrates Gomes. “Justiça restaurativa é possível no Brasil?” In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; PINTO, R. (Orgs.). *Justiça restaurativa*. Brasília: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, 2005. p. 19-40. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1323798246_Coletania%20JR.pdf>. Acesso em 23 de março de 2015.

ROSENBERG, Marshall B. *Comunicação não-violenta. Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais*. São Paulo: Editora Ágora, 2006.

ZAMORA, M. H & OLIVEIRA, M.C.L. (Orgs). *Perspectivas Interdisciplinares sobre adolescência, socioeducação e direitos humanos*. Curitiba: Appris, 2017

ZEHR, Howard. *Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça*. São Paulo: Palas Athena, 2008.

_____. *Justiça Restaurativa*. São Paulo: Palas Athena, 2012

Carga horária

15 horas

Atualização:16/01/2019	Revisão: 01
------------------------	-------------